



# CRIANÇA E ADOLESCENTE

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 07 | Novembro | Ano 2019

# Índice

03

Seminário no MP debate acolhimento Seminário no MP debate acolhimento familiar na Bahia

04

Acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de plano de socioeducação nos municípios é tema de reunião no MP

05

O risco do uso excessivo da internet pelas crianças é tema de conferência no MP

06

No 'Dia Internacional das Meninas', garotas ocupam cargo de procuradora-geral de Justiça

07

MP fiscaliza eleição dos novos conselheiros tutelares em todo o estado

08

Campanha de incentivo a leitura recebe mais de 600 livros no seu lançamento

09

Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios é apresentado ao governador

10

CNJ aprova nova norma sobre viagens nacionais de crianças desacompanhadas

11

Infância é assunto de reunião entre representantes do CNMP e CNJ

## Seminário no MP debate acolhimento familiar na Bahia



A situação das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes verificada durante as inspeções realizadas em todas as unidades de acolhimento de crianças e adolescentes no Estado da Bahia foi apresentada hoje, dia 25, durante o 'Primeiro Seminário de Acolhimento Familiar do Ministério Público do Estado da Bahia', na sede do MP, no CAB. Produzido por promotores de Justiça com o apoio de servidores da Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar (Cati) do MP, o diagnóstico é resultado de um mapeamento elaborado sob a direção do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca). Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, o promotor de Justiça Valmiro Macedo abriu o evento e destacou a importância social do acolhimento familiar. "As leis já definem o acolhimento familiar como regra, o que buscamos neste encontro é fortalecer os elementos para que cada município venha a, de fato, cumprir esses regramentos", destacou.

A promotora de Justiça Luíza Gomes Amoêdo apresentou dados que revelam que a Bahia tem 85 instituições de acolhimento, 15 na capital e 70 no interior, que juntas acolhem 954 crianças e adolescentes. O ambiente impessoal foi um dos problemas listados pela promotora. "As instituições convencionais de acolhimento oferecem um ambiente impessoal, onde a criança e o adolescente perdem quaisquer referências de família", afirmou ela, lamentando o fato. "Em diversas delas, crianças e adolescentes não têm nenhum espaço individual e personalizado, como é exigido por lei", disse. Outro problema recorrente é a ausência de guia de acolhimento e de desligamento dos jovens. "Sem esses documentos, a criança e o adolescente acabam se tornando invisíveis para o sistema", afirmou a promotora de Justiça, destacando que na Bahia "praticamente não existem famílias acolhedoras".

Fonte: CECOM MP

Fotos: Guilherme Weber



[Veja matéria completa](#)

## Acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de plano de socioeducação nos municípios é tema



A situação das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes e da implementação do Plano Municipal de Socioeducação (PMASE) nos municípios da Bahia foi mapeada por promotores de Justiça com o apoio de servidores da Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar (Cati) e apresentada hoje, dia 29, durante a reunião ampliada do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), na sede do MP, em Salvador. A coordenadora do Caoca, procuradora de Justiça Marly Barreto, afirmou que conhecer os dados é fundamental para nortear a atuação do MP. “É preciso criar alternativas para cada região, afim de implementar as medidas necessárias a assegurar os direitos das crianças e adolescentes”.

O promotor de Justiça Alan Cedraz Carneiro Santiago registrou que, dos 417 municípios baianos, apenas 303 responderam à pesquisa do MP. Dentre eles, somente 79 têm PMASE implementado. O plano, que deve ser elaborado pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), se propõe a funcionar como uma política integrativa. “Através do PMASE deve ser possível desenvolver ações articuladas que ofereçam às crianças e adolescentes atendimento em áreas como saúde, educação e esporte”, afirmou Alan Cedraz, acrescentando que ao MP cabe atuar em parceria com o CMDCA no fomento pra a elaboração do plano, assegurando que a sua redação tome por base um efetivo diagnóstico social e oferte o serviço necessário para cada jovem.

Fonte: CECOM MP  
Fotos: Guilherme Weber



## O risco do uso excessivo da internet pelas crianças é tema de conferência no MP

A importância de desconstruir o discurso “catastrófico que demoniza” a internet e afasta dos pais a responsabilidade na educação digital dos filhos e de investir num círculo de construção da paz que conecte pais, filhos e educadores numa rede interativa de conexão presencial foram alguns dos tópicos debatidos hoje, dia 8, na ‘2ª Conferência Tecnologia e Infância’, que abordou o tema ‘O melhor da infância é off-line’. Na abertura do encontro, a procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado lembrou que a tecnologia, ao mesmo tempo que gera facilidades, pode limitar a convivência entre as pessoas. “A presença excessiva no mundo cibernético prejudica a troca de afetividade entre as pessoas, além de gerar um isolamento que leva a problemas graves, como o suicídio, decorrente do bullying online”, afirmou a PGJ, fazendo referência a dados apresentados no encontro.

Uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (USP) revelou um aumento de 24% na taxa de suicídios de pessoas na faixa entre 10 e 19 anos no Brasil. O número foi apresentado pela procuradora de Justiça Marly Barreto, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente (Caoca), que organizou o evento com o apoio dos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), da Saúde Pública (Cesau), dos Direitos Humanos (Caodh), Criminal (Caocrim), além do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos (Nucciber) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). De acordo com a procuradora, a pesquisa relacionou o número de suicídios ao isolamento provocado pela exposição excessiva das crianças aos aparelhos eletrônicos, sobretudo com acesso à rede mundial de computadores, a internet. Uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que ouviu mais de 170 mil jovens de 13 a 24 anos e foi apresentada pela pesquisadora Ana Carolina Fonseca revelou que um terço deles afirma já ter sido vítima de bullying online e 40% deles já presenciaram algum tipo de discriminação nas redes sociais da internet.

Fonte: CECOM/MP Fotos: Guilherme Weber





## No 'Dia Internacional das Meninas', garotas ocupam cargo de procuradora-geral de Justiça

Desde 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a data de 11 de outubro como o 'Dia Internacional das Meninas'. O objetivo é alertar a sociedade sobre a necessidade de se ampliar as estratégias para eliminar as desigualdades de gênero em todo o mundo. A data foi definida a partir de um projeto da 'Plan International', uma organização não-governamental que lançou o movimento #GirlsTakeOver, que no Brasil foi batizado com a tradução #MeninasOcupam. Uma das ações foi realizada hoje, dia 11, pela manhã, no Ministério Público estadual. Lorena de Araújo, 17 anos e Kéren Oliveira, 19 anos, ocuparam o cargo da procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado.



“É muito importante que o dia de hoje sirva de reflexão para que a sociedade entenda que a menina pode ser o que ela quiser. Nós enfrentamos um grau de dificuldade maior que os homens, mas nosso trabalho é romper esses preconceitos e ocuparmos os lugares que quisermos, sempre com respeito”, ressaltou a PGJ Ediene Lousado. A estudante Kéren Oliveira pontuou que ‘geralmente observamos ações que visam empoderar as mulheres. Por isso essa data é muito importante para mostrar a nós, meninas, que podemos ocupar cargos altos e conquistar nossos objetivos’. O movimento #MeninasOcupam permitiu em diversos países que as jovens ocupem por algumas horas suas futuras posições em diferentes instituições. O objetivo da ação é mostrar à sociedade a importância de empoderá-las, além de conscientizá-las sobre suas possibilidades para mudar o rumo de suas próprias histórias.

Fonte: CECOM/MP  
Fotos: Guilherme Weber

[Veja matéria completa](#)

## MP fiscaliza eleição dos novos conselheiros tutelares em todo o estado

Com 163 mil votos e mais de 32 mil eleitores votantes apenas em Salvador, a eleição para os novos conselheiros tutelares, realizada ontem (6), foi considerada um sucesso pela promotora de Justiça da Infância e Juventude Karine Espinheira, que, ao lado dos promotores de Justiça Márcia Rabelo, Anna Kristina Prates, Ana Bernadete de Andrade e Carlos Martheo, acompanharam o processo eleitoral nos municípios de Salvador e Madre de Deus. “Tanto a votação em si quanto a apuração foram processos bastante exitosos. Não houve tumulto e tudo ocorreu de forma transparente”, destacou a promotora, que acompanhou o processo desde o início, às 8h, até a conclusão das apurações, pouco após a meia-noite. Os promotores foram acompanhados por servidores e estagiários de direito e por policiais militares.

Em todo o estado, os 417 municípios contaram com atuação ativa de membros do MP no acompanhamento do processo, assegurou a coordenadora do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca), procuradora de Justiça Marly Barreto. “Membros e servidores de todas as comarcas participaram do processo, que contou com uma grande adesão popular”, pontuou a procuradora, ressaltando que, em algumas cidades, mais de 20% dos eleitores participaram do pleito, que é facultativo.

Fonte CECOM/MP  
Fotos:Erik Salles



[Veja matéria completa](#)

## Campanha de incentivo a leitura recebe mais de 600 livros no seu lançamento

A doação de mais de 600 títulos marcou o lançamento da campanha “Asas ao Pensamento”, hoje, às 9h no Ministério Público estadual. A campanha foi lançada simultaneamente em Salvador, Feira de Santana e Camaçari. Entre os primeiros a contribuir com livros para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Case) estiveram a coordenadora do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca), procuradora de Justiça Marly Barreto, o secretário geral do MP, procurador de Justiça Paulo Gomes Júnior e o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação, promotor de Justiça Valmiro Macêdo. “A leitura tem um potencial transformador e levar esse conhecimento emancipador aos jovens privados de liberdade é o nosso objetivo”, destacou a coordenadora do Caoca.

As doações podem ser feitas durante todo o mês de outubro por membros, servidores e pela população em geral em oito pontos de coleta localizados em Salvador, Feira de Santana e Camaçari. Os livros doados devem tratar sobre as temáticas étnico-raciais, de diversidade sexual e de gênero, de ensino superior, de cursos técnicos, idiomas, módulos pré-Enem, quadrinhos e romances. Os assuntos das publicações foram escolhidos pelos próprios beneficiários, os socioeducandos da Case. Os livros doados devem estar em bom estado de conservação.

Fonte: CECOM/MP

Fotos:



[Veja matéria completa](#)





## Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios é apresentado ao governador

Instituições governamentais e não-governamentais que integram o Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens no Município de Salvador reuniram-se ontem, dia 23, com o governador Rui Costa. A procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado participou do encontro e apresentou ao governador o ato de instituição do comitê, que foi criado em novembro de 2018. Ela destacou a necessidade de um trabalho articulado entre os órgãos para desenvolvimento de ações objetivas de prevenção aos homicídios e, assim como os demais presentes no encontro, registrou a importância do lançamento do Comitê. Os procuradores de Justiça Marly Barreto e Geder Gomes, que coordenam, respectivamente, os centros de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca) e de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), também participaram da reunião que objetivou a sensibilização dos envolvidos e a definição de diretrizes para o lançamento do Comitê. A Unicef apresentou alguns dados e trabalhos que já vêm sendo implementados com relação à temática. O Comitê Interinstitucional é formado por 13 entidades. Estiveram presentes ainda na reunião representantes da Defensoria Pública, Cedeca e secretários estaduais.

Fonte: CECOM/MP

Fotos:

[▶ Veja matéria completa](#)

## CNJ aprova nova norma sobre viagens nacionais de crianças desacompanhadas

É dispensável autorização judicial para que crianças ou adolescentes viajem desacompanhados pelo território nacional. Assim como em relação às viagens internacionais, é preciso apenas a autorização dos pais, com firma reconhecida. A decisão foi tomada durante a 296ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta terça-feira (10/9). Seguindo proposta apresentada pelo conselheiro André Godinho, o Plenário aprovou, por unanimidade, resolução sobre o tema.

De acordo com a proposta, não será exigida autorização judicial para viagem de crianças ou adolescentes em território nacional nas seguintes situações: acompanhados dos pais ou responsáveis; quando tratar-se de deslocamento para comarca contígua à residência dentro da mesma unidade federativa ou incluída na mesma região metropolitana; acompanhados de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovando documentalmente o parentesco, ou de pessoa maior, expressamente autorizada por mãe, pai ou responsável, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida; desacompanhados, desde que expressamente autorizados por qualquer de seus genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida; e quando houver apresentação de passaporte válido em que conste expressa autorização para que viagem desacompanhados ao exterior.

Fonte: Agência CNJ de notícias



[▶ Veja matéria completa](#)



Representantes de CNMP e CNJ, em reunião no STJ

## Infância é assunto de reunião entre representantes do CNMP e CNJ

O presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., reuniu-se com o corregedor nacional de Justiça, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins, nesta quinta-feira, 17 de outubro, na sede do STJ, em Brasília. O objetivo da visita, que também contou com a presença da promotora de Justiça Andrea Teixeira de Souza, membro auxiliar da comissão, foi colocar a CIJ/CNMP à disposição para uma atuação conjunta visando ao fortalecimento dos juízos especializados assim como das promotorias de Justiça, conforme o Provimento 36/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça e Recomendação nº 33/2016 do CNMP.

O ato normativo foi editado para garantir integralmente a previsão constitucional de dar prioridade absoluta aos processos que tratam dos direitos das crianças e adolescentes. Melhorias na estrutura das varas e fiscalização das corregedorias locais sobre o tempo de tramitação dos processos de adoção e destituição do poder familiar são algumas das medidas fixadas.

### Pacto Nacional

Na pauta, também foi destacada a importância do acompanhamento da instalação das salas de depoimento especial nos Estados, do Pacto Nacional pela Implementação da Lei n. 13.431/2017, em prol da garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, entre outros.

Participaram ainda da reunião os juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Márcio Freitas e Kelly Costa.

Fonte: CNMP

Foto: CNJ

 [Veja matéria completa](#)

# Expediente

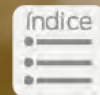
**Procuradora-Geral de Justiça**  
Ediene Santos Lousado

## CAOCA

**Coordenadora**  
Marly Barreto de Andrade

**Assessor Jurídico**  
Rodrigo Guedes

**Equipe**  
Alina Oliveira  
Cristiano Pinto  
Creusa Cardoso  
Glória Corrêa  
Lívia Silva  
Patrícia Nepomuceno  
Patrícia Oliveira  
Patrícia Santana



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAOCA  
5ª Avenida, nº750, Sala 128, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador - BA | Brasil  
CEP 41.745-004  
Tel.: (71) 3103-0357 | E-mail: [caoca@mpba.mp.br](mailto:caoca@mpba.mp.br)



Edições Anteriores  
Clique aqui